

*Autógrafo  
7/12/95*

# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

*8/12*



ESTADO DE SÃO PAULO

**PROCESSO N.º 031/95**

**PROJETO N.º 029/95**

de Lei

**INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi**

**ASSUNTO** Institui as Diretrizes Orçamentárias  
do Município de Itapevi para o Exercício  
Financeiro de 1995

LEI 1264/95



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

**MENSAGEM Nº 019/95**

Itapevi, 02 de junho de 1995

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei, que institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1996.

A propositura atende disposição inserida na Constituição Federal (arts. 165 a 169), c.c. determinações da Lei Orgânica do Município (arts. 124 e 125).

Conforme se observa no texto produzido, este Executivo procurou orientar as metas e prioridades da Administração Municipal para a modernização na ação governamental, buscando aumento de produtividade, qualidade e eficiência dos serviços públicos, com apoio e envolvimento da iniciativa privada.

O projeto se justifica em face das inovações já produzidas no Município pelo sistema de parceria Prefeitura/Iniciativa Privada, especialmente na execução de obras de aposição de pavimentação asfáltica e serviços correlatos, experiência que nos proporcionou a credibilidade necessária para o desenvolvimento de ações de maior alcance.

Impende esclarecer, todavia, que todos os atos direcionados à execução das medidas necessárias estarão subordinados à aprovação desse Legislativo, ou seja, as diretrizes estabelecidas, no que se refere às ações cuja realização não está vinculada ao normal andamento dos serviços administrativos, serão submetidas, oportunamente, à análise e aprovação dessa Colenda Casa de Leis.

A proposta em tela se apresenta, portanto, como compromisso inicial entre Executivo e Legislativo quanto ao dimensionamento das ações públicas de maior interesse da população a serem detalhadamente estudadas para implantação.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

O Projeto de Lei comporta, ainda, as orientações para elaboração do orçamento anual do exercício vindouro, fixadas em conformidade com as disposições constitucionais relativas à matéria.

Impende esclarecer, finalmente, para fins de preservação dos direitos do Município - sobretudo na obtenção de recursos financeiros dos Governos Federal e Estadual, quando se faz necessário comprovar a existência da Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao respectivo exercício -, que a análise da propositura em questão deve ser realizada em tempo hábil à viabilizar a elaboração e encaminhamento da proposta orçamentária, ou seja, conforme artigo 111 da Lei Orgânica do Município, até o final do corrente mês de junho.

Assim sendo, solicito seja a apreciação do Projeto de Lei realizada em sentido de urgência, conforme prerrogativa concedida pelo disposto no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

**JOAO CARLOS CAMEZ**  
Prefeito

Excelentíssimo Senhor  
JADIR FRANCISCO DE SOUZA  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Itapevi-SP.

RECEBEMOS  
06 / 06 / 95  
Dida C. Cames  
SECRETARIA



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

ACÓRDEO nº 01  
1ª das sessões 06/06/95  
Presidente  
APROVADO em 1ª  
Sala das sessões 27/06/95  
Presidente  
2ª das sessões 27/06/95  
Presidente

## PROJETO DE LEI Nº 029/95

(Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1996)

**JOAO CARLOS CAMEZ,** Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1996, fixando critérios para elaboração do orçamento anual.

**Art. 2º** No exercício financeiro de 1996, a Administração Pública Municipal fará cumprir o Plano Plurianual do período 1994/1997, instituído pela Lei Municipal nº 1.174, de 01 de dezembro de 1993, na medida da disponibilidade apresentada na proposta orçamentária, a qual será elaborada em conformidade com os critérios aqui estabelecidos, devendo observar:

I - Como metas a serem alcançadas, sem prejuízo de obras e serviços de caráter essencial:

a) implementação da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, definida pela Lei Municipal nº 1.145, de 03 de junho de 1993;

b) expansão dos programas de caráter sócio-cultural-educativo realizados pelas Secretarias de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes do Município;

c) elaboração e implantação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"  
ESTADO DE SÃO PAULO

d) execução de obras de saneamento básico, com prioridade para os locais de maior densidade populacional, por intermédio da concessionária do serviço público da espécie ou, ainda, em sistema de parceria Prefeitura/Concessionária;

e) execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias públicas municipais - implantação, complementação, recuperação de pavimentação asfáltica e obras correlatas -, com prioridade para os locais de maior circulação de veículos e pedestres ou de difícil acesso, mediante utilização de recursos próprios do Município, em sistema de contribuição de melhoria, bem como com recursos obtidos de outras esferas governamentais ou, ainda, em sistema de parceria entre Prefeitura/proprietários, conforme ordenamento em vigor no Município;

f) implantação, ampliação, substituição e manutenção de redes de iluminação pública, por intermédio da concessionária do serviço público da espécie, com prioridade para locais ermos e de difícil acesso;

g) ampliação da rede de Creches e Pré-Escolas, com recursos próprios e de repasse de outras esferas governamentais;

h) reestruturação administrativa, com adequação do quadro funcional e estabelecimento de plano de carreiras.

II - Como áreas de atendimento prioritário:

a) Higiene e Saúde;

b) Educação;

c) Família;

d) Defesa Civil;

**Art. 3º** A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, devendo ser realizada em conformidade com as disposições relativas à espécie contidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, na Lei Orgânica do Município de Itapevi e, ainda, com observância às diretrizes estabelecidas nesta Lei.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 4º** Na elaboração da proposta orçamentária, observar-se-á para que:

I - Os valores da receita e da despesa sejam orçados com base na arrecadação de 1995, considerando-se alterações na legislação tributária, expansão ou diminuição dos serviços públicos e taxa inflacionária não superior a do ano em curso;

II - As obras em execução tenham prioridade sobre novos projetos;

III - As despesas com pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários tenham prioridade sobre ações de expansão dos serviços públicos.

**Art. 5º** As metas estabelecidas no artigo 1º desta Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

**Art. 6º** A Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 1996 fixará, conforme ordenamento legal em vigor, o critério de atualização das dotações orçamentárias a ser aplicado no período.

**Art. 7º** Objetivando regular cumprimento das diretrizes fixadas no presente ordenamento legal, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei visando:

I - A privatização de serviços, em especial nos setores onde o Poder Público, em face de ausência de capacitação técnica e financeira suficiente para propiciar o necessário desenvolvimento, tenha optado por conceder direitos de execução e exploração.

II - Alterações na legislação tributária, de forma a corrigir distorções existentes, possibilitando correto equilíbrio entre receita/despesa, observadas as disposições legais atinentes à espécie.



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**" ITAPEVI - Cidade Esperança "**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 02 de Junho de 1995

**JOÃO CARLOS CARAMÉZ**  
**Prefeito**

**SERGIO BOSSAN**  
**Secretário de Negócios Jurídicos**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei  
nº 029/95 - Do Executivo

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal nada há que  
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é /  
louvavel, merecendo ser aprovada.

E o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira /

Nery, 27 de junho de 1.995

Comissão nº 01

  
VALTER FRANCISCO ANTONIO

  
JOAO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA R. DE SOUZA

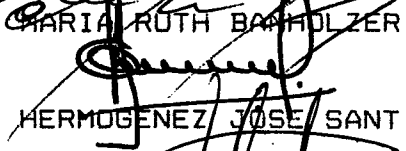
  
ANTONIO DE SOUZA FARIAS

  
BENEDITO VAL FERREIRA

Comissão nº 02

  
LAERTE CASAGRANDE

  
MARIA RUTH BARTHOLZER

  
HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

  
VITAL PONCIANO DOS REIS

  
JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões nº 01 e 02 ao Projeto de Lei  
nº 029/95 - Do Executivo

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal nada há que  
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é /  
louvavel, merecendo ser aprovada.

E o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira /

Nery, 27 de junho de 1.995

Comissão nº 01

  
VALTER FRANCISCO ANTONIO

  
JOAO FERREIRA DO MONTE

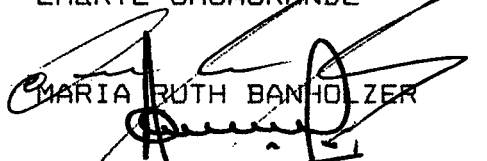
NORMA LUCIA R. DE SOUZA

  
ANTONIO DE SOUZA FARIAS

  
BENEDITO VAZ FERREIRA

Comissão nº 02

  
LAERTE CASAGRANDE

  
MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

  
VITAL RENCIANO DOS REIS

  
JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**AUTÓGRAFO N° 027/95**

**(Projeto de Lei n° 029/95 - DO EXECUTIVO)**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

**(Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1996)**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1996, fixando critérios para elaboração do orçamento anual.

**Art. 2º** No exercício financeiro de 1996, a Administração Pública Municipal fará cumprir o Plano Plurianual do período 1994/1997, instituído pela Lei Municipal n° 1.174, de 01 de dezembro de 1993, na medida da disponibilidade apresentada na proposta orçamentária, a qual será elaborada em conformidade com os critérios aqui estabelecidos, devendo observar:

I - Como metas a serem alcançadas, sem prejuízo de obras e serviços de caráter essencial:

a) implementação da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, definida pela Lei Municipal n° 1.145, de 03 de junho de 1993;

b) expansão dos programas de caráter sócio-cultural-educativo realizados pelas Secretarias de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes do Município;

c) elaboração e implantação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;

d) execução de obras de saneamento básico, com prioridade para os locais de maior densidade populacional, por intermédio da concessionária do serviço público da espécie ou, ainda, em sistema de parceria Prefeitura/Concessionária;



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

e) execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias públicas municipais - implantação, complementação, recuperação de pavimentação asfáltica e obras correlatas -, com prioridade para os locais de maior circulação de veículos e pedestres ou de difícil acesso, mediante utilização de recursos próprios do Município, em sistema de contribuição de melhoria, bem como com recursos obtidos de outras esferas governamentais ou, ainda, em sistema de parceria entre Prefeitura/proprietários, conforme ordenamento em vigor no Município;

f) implantação, ampliação, substituição e manutenção de redes de iluminação pública, por intermédio da concessionária do serviço público da espécie, com prioridade para locais ermos e de difícil acesso;

g) ampliação da rede de Creches e Pré-Escolas, com recursos próprios e de repasse de outras esferas governamentais;

h) reestruturação administrativa, com adequação do quadro funcional e estabelecimento de plano de carreiras.

I I - Como áreas de atendimento prioritário:

a) Higiene e Saúde;

b) Educação;

c) Família;

d) Defesa Civil;

**Art. 3º** A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, devendo ser realizada em conformidade com as disposições relativas à espécie contidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, na Lei Orgânica do Município de Itapevi e, ainda, com observância às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

**Art. 4º** Na elaboração da proposta orçamentária, observar-se-á para que:



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

I - Os valores da receita e da despesa sejam orçados com base na arrecadação de 1995, considerando-se alterações na legislação tributária, expansão ou diminuição dos serviços públicos e taxa inflacionária não superior a do ano em curso;

II - As obras em execução tenham prioridade sobre novos projetos;

III - As despesas com pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários tenham prioridade sobre ações de expansão dos serviços públicos.

**Art. 5º** As metas estabelecidas no artigo 1º desta Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

**Art. 6º** A Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 1996 fixará, conforme ordenamento legal em vigor, o critério de atualização das dotações orçamentárias a ser aplicado no período.

**Art. 7º** Objetivando regular cumprimento das diretrizes fixadas no presente ordenamento legal, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei visando:

I - A privatização de serviços, em especial nos setores onde o Poder Público, em face de ausência de capacitação técnica e financeira suficiente para propiciar o necessário desenvolvimento, tenha optado por conceder direitos de execução e exploração.

II - Alterações na legislação tributária, de forma a corrigir distorções existentes, possibilitando correto equilíbrio entre receita/despesa, observadas as disposições legais atinentes à espécie.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI


"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores do Município de Itapevi, 28 de junho de 1.995.

  
**JADIR FRANCISCO DE SOUZA**  
Presidente

  
**JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
2º Secretário  
- em exercício -



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

Proc. 031/95  
Proc. 029/95

**LEI Nº 1.264, DE 30 DE JUNHO DE 1995**

**(Institui as Diretrizes Orçamentárias do Município de Itapevi para o Exercício Financeiro de 1996)**

**JOÃO CARLOS CAMEZ,** Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 1996, fixando critérios para elaboração do orçamento anual.

**Art. 2º** No exercício financeiro de 1996, a Administração Pública Municipal fará cumprir o Plano Plurianual do período 1994/1997, instituído pela Lei Municipal nº 1.174, de 01 de dezembro de 1993, na medida da disponibilidade apresentada na proposta orçamentária, a qual será elaborada em conformidade com os critérios aqui estabelecidos, devendo observar:

I - Como metas a serem alcançadas, sem prejuízo de obras e serviços de caráter essencial:

a) implementação da política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, definida pela Lei Municipal nº 1.145, de 03 de junho de 1993;

b) expansão dos programas de caráter sócio-cultural-educativo realizados pelas Secretarias de Educação e Cultura, Promoção Social e Esportes do Município;

c) elaboração e implantação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;

d) execução de obras de saneamento básico, com prioridade para os locais de maior densidade populacional, por intermédio da concessionária do serviço público da espécie ou, ainda, em sistema de parceria Prefeitura/Concessionária;



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

e) execução de obras de infra-estrutura urbana nas vias públicas municipais - implantação, complementação, recuperação de pavimentação asfáltica e obras correlatas -, com prioridade para os locais de maior circulação de veículos e pedestres ou de difícil acesso, mediante utilização de recursos próprios do Município, em sistema de contribuição de melhoria, bem como com recursos obtidos de outras esferas governamentais ou, ainda, em sistema de parceria entre Prefeitura/proprietários, conforme ordenamento em vigor no Município;

f) implantação, ampliação, substituição e manutenção de redes de iluminação pública, por intermédio da concessionária do serviço público da espécie, com prioridade para locais ermos e de difícil acesso;

g) ampliação da rede de Creches e Pré-Escolas, com recursos próprios e de repasse de outras esferas governamentais;

h) reestruturação administrativa, com adequação do quadro funcional e estabelecimento de plano de carreiras.

I I - Como áreas de atendimento prioritário:

a) Higiene e Saúde;

b) Educação;

c) Família;

d) Defesa Civil;

**Art. 3º** A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta, devendo ser realizada em conformidade com as disposições relativas à espécie contidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, com suas alterações, na Lei Orgânica do Município de Itapevi e, ainda, com observância às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

**Art. 4º** Na elaboração da proposta orçamentária, observar-se-á para que:

I - Os valores da receita e da despesa sejam orçados com base na arrecadação de 1995, considerando-se alterações na legislação tributária, expansão ou diminuição dos serviços públicos e taxa inflacionária não superior a do ano em curso;



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "  
ESTADO DE SÃO PAULO

II - As obras em execução tenham prioridade sobre novos projetos;

III - As despesas com pagamento de dívida pública, encargos sociais e salários tenham prioridade sobre ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 5º As metas estabelecidas no artigo 1º desta Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de lei do orçamento anual.

Art. 6º A Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 1996 fixará, conforme ordenamento legal em vigor, o critério de atualização das dotações orçamentárias a ser aplicado no período.

Art. 7º Objetivando regular cumprimento das diretrizes fixadas no presente ordenamento legal, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei visando:

I - A privatização de serviços, em especial nos setores onde o Poder Público, em face de ausência de capacitação técnica e financeira suficiente para propiciar o necessário desenvolvimento, tenha optado por conceder direitos de execução e exploração.

II - Alterações na legislação tributária, de forma a corrigir distorções existentes, possibilitando correto equilíbrio entre receita/despesa, observadas as disposições legais atinentes à espécie.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 30 de junho de 1.995.

JOÃO CARLOS CAMEZ  
Prefeito

SÉRGIO BOSSAM  
Secretário de Negócios Jurídicos





# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI**

**" ITAPEVI - Cidade Esperança "**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**LEI Nº 1.264/95**

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura da Município de Itapevi, em 30 de junho de 1995.

  
**ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO**  
**Secretária de Apoio Administrativo**